

Síntese do Plano de Curso

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA – 1200 horas

1. Identificação do curso

Eixo Tecnológico: Controle de Processos Industriais

Área: Eletroeletrônica

Segmento de Área: Eletrotécnica

Habilitação Profissional: Técnico em Eletrotécnica

Nível de Educação Profissional: Técnico de nível médio

Nível de Qualificação: 3

CBO: 3131 – Técnico em Eletrotécnica

2. Competência Geral

Coordenar e executar os processos de instalação, manutenção e elaboração de projetos em sistemas elétricos prediais, industriais e de potência seguindo procedimentos e Normas Técnicas, de Qualidade, de Segurança, Saúde e Sustentabilidade.

3. Requisitos de acesso

A inscrição e a matrícula no Curso Técnico em Eletrotécnica estão abertas a candidatos que comprovem estar cursando o ensino médio a partir da 2ª série ou ter concluído o ensino médio.

4. Itinerário do Curso

MÓDULO INTRODUTÓRIO – 300 horas

- Eletricidade – 150 horas
- Desenho Técnico Aplicado aos Sistemas Elétricos – 90 horas
- Ferramentas de Planejamento e de Gestão – 60 horas



MÓDULO ESPECÍFICO – 900 horas

- Projetos Elétricos Prediais – 120 horas
- Instalação e Manutenção Elétrica Predial – 180 horas
- Instalações e Acionamentos Elétricos Industriais – 120 horas
- Manutenção Elétrica Industrial – 60 horas
- Integração de Sistemas Elétricos Industriais Automatizados – 60 horas
- Projetos de Sistemas Elétricos Industriais e de Potência - 60 horas
- Instalações de Sistemas Elétricos de Potência – SEP – 120 horas
- Manutenção e Operação de Sistemas Elétricos de Potência – 120 horas
- Eficiência Energética – 60 horas



TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA (1.200 HORAS)

5. Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é considerada meio de coleta de informações para a melhoria do ensino e da aprendizagem, tendo as funções de orientação, apoio, assessoria e não de punição ou simples decisão final a respeito do desempenho do aluno. Dessa forma, o processo de avaliação deverá, necessariamente, especificar claramente o que será avaliado, utilizar as estratégias e instrumentos mais adequados, possibilitar a autoavaliação por parte do aluno, estimulá-lo a progredir e a buscar sempre a melhoria de seu desempenho, em consonância com as competências explicitadas no perfil profissional de conclusão do curso.

No decorrer do processo formativo, os seguintes critérios serão observados:

- A avaliação não tem um fim em si mesma, mas insere-se como estratégia fundamental para o desenvolvimento de competências;
- A avaliação não enfocará aspectos isolados da teoria desvinculada da prática, sem estabelecer relações entre elas. Fomentará a resolução de problemas em que seja necessário mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes. Dessa forma, deverá enfatizar a proposição de situações, hipotéticas ou não, de ordem teórica e prática, que envolvem elementos relevantes na caracterização de desempenho profissional do Técnico.
- Os resultados das avaliações deverão ser sempre discutidos com os alunos, para que haja clareza sobre o pretendido e o alcançado

6. Estágio supervisionado

Considerando o disposto pela Resolução nº 1/2021 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, Lei Federal nº 11.788/08 e Resolução nº 1/2004 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, com redação atualizada pela Resolução nº 2/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, o estágio supervisionado, não obrigatório, torna-se disponível ao aluno regularmente matriculado. Critérios de operacionalização do estágio estão condicionados ao início da vigência de instrução interna que regulamenta a operação no SENAI-SP.

7. Acessibilidade

Serão asseguradas as condições de acessibilidade, reconhecendo a especificidade e a peculiaridade do aluno com deficiência, levando-se em conta a(s) Norma(s) Regulamentadora(s) da ocupação, Lei nº 13.146/2015, o Decreto nº 3298/2009, a LDB nº 9394/96 e a legislação específica em vigência da deficiência em questão, quando for o caso. Portanto, no planejamento e na prática docente, deverão ser indicadas as condições e os pré-requisitos para o desenvolvimento das capacidades que envolvam risco, asseguradas as adequações de grande e pequeno porte.
